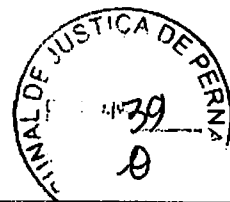




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS: N.º 0200.247-7 – Surubim (1ª Vara)  
IMPETRANTE: Defensor Público Lúcio Medeiros  
PACIENTE: **GRACIEL JOSÉ DO NASCIMENTO**  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

195

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRIBUNAL DO JÚRI. NEGATIVA AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES LEGAIS RELACIONADAS À PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A PRISÃO CAUTELAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA.**

1 – O Juiz sentenciante, não obstante tenha dissertado sobre a prisão do réu, não justificou acerca da necessidade da prisão preventiva e sequer demonstrou a presença dos requisitos que a autorizariam.

2 – Para que seja negado ao réu o direito de apelar em liberdade, é preciso que esteja suficientemente fundamentada a prisão, nas hipóteses previstas no art. 312/313 do CPP, que tratam da prisão preventiva. É o que se extrai do novo dispositivo, inserido no parágrafo único do art. 387 do CPP.

4458

3 – O réu respondeu ao processo em liberdade, tendo comparecido a todos os atos processuais. De outro lado, na atualidade, não houve qualquer fato novo a fazer preencher os requisitos da prisão cautelar, dispostos no art. 312 do CPP, de forma a justificar a expedição de mandado de prisão em desfavor do réu.

4 – Não tendo o Magistrado demonstrado a presença dos requisitos suficientes para a decretação da prisão preventiva, entendo que a condenação pelo Tribunal do Júri, não implica, por si só, na expedição de mandado de prisão, sob pena de afronta à referida norma constitucional prevista no 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, segundo o qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

5 – Ressalte-se que em 05/02/09, o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do HC 84078 (rel. Min. Eros Grau), assentou que, a execução provisória da pena, com a prisão do réu antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, contrariaria o princípio da não-culpabilidade, ressalvada a hipótese de prisão cautelar do réu, desde que presentes os requisitos autorizadores previstos no art. 312 do CPP.

6 – Ordem concedida. Decisão por unanimidade de votos.

#### ACÓRDÃO

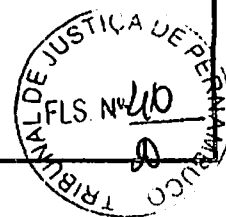
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 200.247-7, em que figuram, como impetrante, o Defensor Público Lúcio Medeiros, como paciente, **Graciel José do Nascimento**, e como autoridade impetrada, o Juiz da 1ª Vara da Comarca de Surubim, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade de votos**, em conceder a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 03 de dezembro de 2009.

  
Des. **Mauro Alencar de Barros**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS: N.º 0200.247-7 – Surubim (1ª Vara)  
IMPETRANTE: Defensor Público Lúcio Medeiros  
PACIENTE: **GRACIEL JOSÉ DO NASCIMENTO**  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

196

## RELATÓRIO

Cuida-se de *habeas corpus liberatório* impetrado pelo Defensor Público Lúcio Medeiros, em favor de **GRACIEL JOSÉ DO NASCIMENTO**, no qual aponta como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Surubim, objetivando a concessão da ordem para recorrer em liberdade.

Informa que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito de homicídio qualificado (art. 121, §2º, insisos I e III do CP) e durante toda a instrução o paciente se encontrou em liberdade e compareceu a todos os atos processuais, sendo condenado pelo Tribunal do Júri.

Aponta que na sentença lhe foi negado o direito de apelar em liberdade, não tendo o Juiz considerado o fato do paciente ser primário, ter residência fixa, de se encontrar em liberdade durante toda a instrução processual e de ter comparecido a todos os atos processuais.

Aponta que a prisão é ilegal, pois se o réu respondeu em liberdade ao processo e não causou qualquer obstáculo à justiça, teria direito a apelar em liberdade.

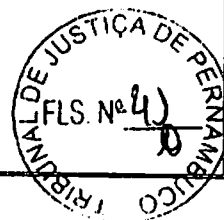
Não acostou qualquer documento.

Indeferido o pedido liminar, conforme se vê da decisão de fl. 10/11.

M



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Informações da autoridade impetrada às fls. 18/19 e fls. 29/35. 197

A Procuradoria de Justiça, através do Parecer acostado às fls. 25/27, opinou pela concessão da ordem, ao argumento de que não há qualquer embasamento legal para a prisão do paciente.

É o relatório.

### VOTO DO RELATOR

**Srs. Desembargadores,**

**Sr. Procurador,**

A questão tratada nestes autos cinge-se a saber se o paciente possui ou não o direito de apelar em liberdade, o que lhe foi negado na sentença condenatória.

Da análise dos autos, observo que o juiz sentenciante fez constar na sentença o que segue:

"Deverá o réu aguardar o trânsito da sentença recolhido à Cadeia Pública Local, já que o título executivo penal até lá não se perfeccionará.

Com isto não irá se malferir o princípio constitucional da presunção de inocência, como expresso na Súmula 09 do STJ, que dispõe:

'A exigência da prisão provisória para apelar não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência'.

Tenha-se em mente que um dos efeitos da sentença condenatória recorrível é *'ser o réu preso ou conservado na prisão'* (art. 393, inciso I, CPP).

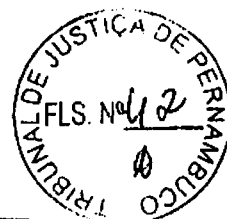
Como lastro a esta posição que, diga-se de passagem, vem sendo adotada como uma unanimidade em prol da credibilidade da Instituição do Júri, pinço parte das notas taquigráficas do julgamento do HC 58406-9.

Em candente pronunciamento assim se posicionou o Exmo. Dr. Procurador Maria Palha contrário ao fato de que réus, condenados em Plenário, saiam livres para aguardar o julgamento do recurso em liberdade.

Naquela oportunidade o eminente Des. Nelson Santiago Reis, em voto que merece referência, logo após nos legou a seguinte linha de pensamento:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



198

*'Quero também ressaltar que... no início da minha carreira... atuei no Júri das Comarcas do interior, e tive o dissabor de sentir o mau gosto da sensação a que V. Exa. se refere. Entendo que V. Exa. colocou com muita precisão essa situação, que chego ao extremo de dizer que se trata de um deboche à sociedade'*

Comunga este Juízo dos conceitos de ambos os próceres do Direito, embora não tenha a lucidez e conhecimento jurídico equiparado para assim me expressar, apenas podendo fazer coro às suas sábias palavras.

Idêntica forma aguardará o réu recolhido à prisão se interposto for recurso de apelação, eis que inaplicável a disposição contida no art. 594 do CPP ao caso em tela como tem reconhecido nossa jurisprudência" (fls. 32/33)

Como se vê, o Juiz, não obstante tenha dissertado sobre a prisão do réu, não justificou acerca da necessidade da prisão preventiva e sequer demonstrou a presença dos requisitos que a autorizariam.

Sabe-se que com a revogação do art. 594 do CPP pela Lei n. 11.719/08 e nova redação dada ao parágrafo único do art. 387 do CPP, para que seja negado ao réu o direito de apelar em liberdade, é preciso que esteja suficientemente fundamentada a prisão, nas hipóteses previstas no art. 312/313 do CPP, que tratam da prisão preventiva. É o que se extrai do novo dispositivo, inserido no parágrafo único do art. 387 do CPP, conforme se pode observar:

Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória:

(...)

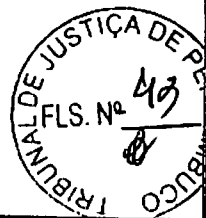
Parágrafo único. O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta.

Da análise dos autos verifico que o réu respondeu ao processo em liberdade, tendo comparecido a todos os atos processuais.

De outro lado, na atualidade, não houve qualquer fato novo a fazer preencher os requisitos da prisão cautelar, dispostos no art. 312 do CPP, de forma a justificar a expedição de mandado de prisão em desfavor do réu.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



199

Sendo assim, não havendo notícias de que o paciente tenha perturbado ou esteja perturbando a ordem pública, estando a instrução encerrada, sem qualquer notícia de que o réu tenha ameaçado qualquer testemunha, bem como não havendo informações sobre algum ato do paciente que possa ser entendido como tentativa de se furtar à aplicação da lei penal, tendo o mesmo comparecido a todos os atos processuais, deve-se concluir que não há justificativa plausível para cerceamento da sua liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

O argumento lançado na sentença de que a prisão é necessária à credibilidade do júri não encontra amparo na nossa legislação ou jurisprudência, apesar do juiz ter mencionado a existência de vários casos nesse sentido.

Ademais, em 05/02/09, o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do HC 84078 (rel. Min. Eros Grau), assentou que, a execução provisória da pena, com a prisão do réu antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, contrariaria o princípio da não-culpabilidade, ressalvada a hipótese de prisão cautelar do réu, desde que presentes os requisitos autorizadores previstos no art. 312 do CPP.

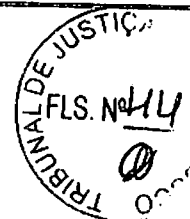
Assim, no caso dos autos, não tendo o Magistrado demonstrado a presença dos requisitos suficientes para a decretação da prisão preventiva, entendo que a condenação pelo Tribunal do Júri, não implica, por si só, na expedição de mandado de prisão, sob pena de afronta à referida norma constitucional prevista no 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, segundo o qual *"ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória"*.

Ademais, segundo informações prestadas pelo Juízo, há notícia nos autos de que o patrono do paciente apresentou recuso de apelação, ainda não remetido a este Tribunal, o que demonstra que a sentença condenatória não transitou em julgado.

Sendo assim, salvo a comprovação da existência de hipótese autorizadora da prisão preventiva, somente deve ser expedido o mandado de prisão ante o trânsito em julgado da sentença condenatória e após o julgamento do recurso de apelação, o que não é o caso dos autos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



200

Desta forma, a prisão do paciente apresenta-se ilegal e deve ser relaxada através deste Habeas Corpus.

Por fim, concordando com os termos do Parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela concessão da ordem** no presente Habeas Corpus.

Recife, 03 de dezembro de 2009.

**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**